

# Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

## A imigração portuguesa em São Paulo: trabalho, identidade, tensões e gênero

Maria Aparecida Macedo Pascal<sup>1\*</sup>

**Resumo:** Este trabalho de pesquisa discute como a questão do trabalho no Brasil converteu-se num dos grandes desafios em fins do século XIX. Em São Paulo, a solução implementada foi o imigrantismo. Para tanto, a política imigratória deveria ser familiar, subsidiada, e contínua. Governo e elite paulista fizeram um grande esforço para atrair a mão-de-obra livre européia, contornando críticas e fazendo muita propaganda nos países europeus. As tensões européias facilitaram a vinda de imigrantes portugueses em função de questões políticas, relações capitalistas no campo, fuga do serviço militar e crescimento populacional. No imaginário social português, o Brasil era o país das possibilidades. Analisa-se também os fluxos imigratórios e financeiros, as redes sociais, o mutualismo, a historiografia sobre a imigração portuguesa e sobretudo a presença feminina no processo imigratório.

**Palavras-chave:** Portugueses – Gênero - Tensões

**Abstract:** This work of research argues as the question of the work in Brazil has become into one of the great challenges in ends of century XIX. In São Paulo, the implemented solution was the immigration. For in such a way, the immigratory politics would have to be familiar, subsidized, and continuous. Both Government and São Paulo's upper classes had made great efforts to attract the european free hand labour, avoiding criticism and making advertising in the European countries. The European tensions had facilitated the coming of Portuguese immigrants due to the politic issues, capitalist relations in the rural areas, escape of the military service and population growth. In the Portuguese social imaginary, Brazil was the country of the possibilities. One also analyzes the immigratory and financial flows, the social nets, the mutualism, the historiografy of Portuguese immigration and over all the feminine presence in the immigratory process.

**Keywords:** Portuguese – Gender – Conflicts

No Brasil, a questão do trabalho converteu-se num dos grandes desafios em fins do século XIX. Em São Paulo, a solução implementada foi o imigrantismo. No outro lado do Atlântico, a modernização agrícola e as tensões políticas, o crescimento populacional e a mudança nos direitos de acesso à terra constituíram os maiores fatores de expulsão de emigrantes, dentre eles os portugueses que se dirigiram para o Brasil. Fugindo desse contexto, esses emigrantes buscavam novas oportunidades, não encontradas no continente europeu.

Após a emancipação brasileira, uma série de confrontos de interesse alterou as relações entre brasileiros e portugueses, em alguns momentos criando situações de aberto conflito.

---

1 \*Profa. Dra. Maria Aparecida Macedo Pascal, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Agência Mackpesquisa.

O imigrante português era visto como explorador, atrasado, acusado de só se interessar em juntar economias e voltar para sua terra. Não era bem-querido pela população nacional, que muitas vezes o tratava de modo ofensivo e grosseiro. Além disso, era acusado de só oferecer trabalho aos patrícios, discriminando os trabalhadores brasileiros e monopolizando o comércio de retalho ou varejo.

No caso de São Paulo, até 1900, os portugueses representavam 10% das entradas de imigrantes no estado. Após o Decreto Prinetti (1902), o crescimento da imigração lusa foi extraordinário, sobretudo entre 1910 e 1914. A imigração nesta fase era familiar, crescendo conseqüentemente a presença feminina, que na segunda década do século atingia 40% das entradas dessa corrente imigratória.

As baixas nos preços do café, a instabilidade e os conflitos com fazendeiros levaram os portugueses a se fixarem nos núcleos urbanos, dando preferência a São Paulo e Santos. Alguns vieram diretamente para as cidades, provavelmente avisados por compatriotas acerca das péssimas condições no campo, e dirigiram-se para o comércio ou para atividades artesanais que exigiam qualificações, além de trabalhos assalariados na indústria e obras públicas.

Os serviços públicos também demandavam muita mão-de-obra: dentre os trabalhadores braçais desse sector em 1912 na capital havia 871 nacionais e 1408 estrangeiros, dos quais 865 eram portugueses. Muitos lusitanos se engajaram no setor de transportes na Companhia Light and Power, empresa encarregada do fornecimento de energia elétrica para a cidade de São Paulo e que também monopolizava o serviço de bondes nos quais os portugueses eram a maioria dos cobradores e condutores. (MATOS, 2004: 221)

Os portugueses eram trabalhadores preferidos nas obras do porto de Santos e na construção de ferrovias. Em outros setores o fato também se repetia, sendo oferecida primazia aos lusitanos para funções como acendedores de lampião, bombeiros, vigilantes e guardas.

Na indústria têxtil, segundo o Departamento Estadual do Trabalho, 84,4% dos trabalhadores eram estrangeiros. Destes, os portugueses constituíam 12,5%, prevalecendo a mão-de-obra feminina, que se acrescentada à tecelagem de juta, chegava a 22% do total. Em 1912, na indústria Santa Chantal, os portugueses compunham 38% do operariado.

A presença feminina portuguesa era forte também nas indústrias de cigarros, chocolates, camisas, malharias e tamancos, sendo menos expressiva nos setores de cerâmica, vidro e metalurgia.

A política imigrantista mantinha um alto contingente de trabalhadores através dos fluxos imigratórios contínuos. Essa estratégia mantinha níveis salariais baixos e desemprego constante e, ainda, algumas indústrias tinham caráter sazonal, aumentando a instabilidade desses trabalhadores e gerando conflitos e tensões em função dessas condições de vida.

Constantes solicitações de assistência jurídica e reclamações consulares tornavam claros os motivos para enfrentamentos. Multas por atraso, erros de contas, retenção de pagamentos, acidentes de trabalho e rescisão de contratos eram questões que demandavam organização coletiva e capacidade de resistência, ambas evidentes no comportamento dos imigrantes portugueses diante dessa realidade.

Os conflitos étnicos em São Paulo eram freqüentes, constituindo-se num dos problemas vividos pelo movimento operário que atingia a própria coesão de classe. “Cita-se a ocorrência de tensões entre italianos e portugueses. Os lusos eram considerados furadores de greve e desprovidos de consciência social, generalizações que necessitam ser ponderadas”.

Ressalta-se o fato de que muitos portugueses chegaram tardiamente, faltando-lhes qualificações profissionais e experiência. Estes enfrentaram duras e desiguais condições na luta pela sobrevivência, elementos invocados para explicar suas reações. Sabe-se, contudo, que nas “listas negras” do patronato da época, os trabalhadores portugueses, tanto quanto os espanhóis e italianos, figuravam com destaque, sendo considerados “indesejáveis”.

Notícias de jornais e processos criminais davam conta que imigrantes portugueses eram demitidos por sabotagens, boicotes e, sobretudo, pela militância no movimento operário.

As participações lusas nas greves ocorreram por reivindicações várias, desde a redução da jornada de trabalho para oito horas sem o rebaixamento do nível salarial e a abolição de multas, que por vezes reduziam muito o ganho dos trabalhadores, até a melhoria dos salários. (MATOS, 2004: 223)

Percebe-se que em São Paulo, embora não constituindo a maior colônia de imigrantes, os portugueses participaram ativamente das lutas sociais do período. Outro aspecto que provocava enfrentamentos eram as relações entre contramestres e operárias nas fábricas. Estas eram assediadas constantemente por capatazes e até por patrões.

(...) Registra que nos jornais e nas falas dos líderes operários, as mulheres eram representadas da mesma forma que os homens, como vítimas do capitalismo; porém frágeis e menos combativas que eles. Além disso, eram vistas como presa fácil dos conquistadores baratos que povoavam as fábricas. (RODRIGUES, 1997: 54)

Essa passividade pôde ser contestada pelas inúmeras greves organizadas nas tecelagens, nas quais a maioria da mão-de-obra era feminina, sendo parte dela formada por imigrantes portugueses. Santos concentrou um grande número de imigrantes lusos, que trabalhavam na construção do porto, nos armazéns de café, nas docas e em atividades variadas: carroceiros, pedreiros, estivadores, ensacadores, entre outras. A região converteu-se num grande centro de agitação operária e recebeu o codinome de “Barcelona do Brasil”.

Os sindicatos e associações de Santos eram dominados pela liderança de imigrantes portugueses. Neste caso, a identidade étnica serviu como fator de coesão, sendo que em outros episódios os conflitos étnicos retardaram a solidariedade de classe. Estes fatos abrem novas revelações sobre a participação dos portugueses em São Paulo nas lutas sociais e no movimento operário.

Muitas vezes o imigrante português foi convertido em “bode expiatório”. Foi acusado de aumentar o preço dos alugueis, já que muitos eram proprietários, além de controlar o comércio de retalhos, provocando a carestia e concorrendo no mercado de trabalho com os nacionais. Tais fatos seriam causadores do antilusitanismo.

O jornal “O Jacobino” acusava os portugueses em todo o país de monopolizarem algumas atividades, descrevendo-os como especuladores e ladrões de pesos e medidas, associando a imagem negativa do Império à sua origem portuguesa. A República representava o progresso, interesses nacionais em oposição à herança lusa e à monarquia.

De certa forma, o antilusitanismo desviava a atenção da crise econômica e das revoltas, transformando o português no “bode expiatório” e o identificando ao “velho Brasil”, em oposição à civilização, ao progresso e à modernidade. Utilizando estereótipos, referências e representações sociais, o antilusitanismo atribuía ao imigrante português a culpa pelo atraso e pelas dificuldades econômicas vividas pelos nacionais.

O sentimento antilusitano teve seu período de evolução no início da República, mas atravessou o século XX com “piadas de português”, vistas como uma maneira mais branda de divulgar o mesmo estereótipo.

Os portugueses atuavam como condutores de bondes, transformando-se em figuras da vida cotidiana de São Paulo no início do século XX. Constituíam, ainda, a maioria dos caixeiros, serviçais domésticos, operários da construção civil e em Santos ocupavam as vagas de estivadores nas docas.

Por outro lado, em função da baixa qualificação, alguns desses jovens imigrantes foram submetidos a duras condições de vida e acabaram transformando-se em ladrões,

mendigos e doentes. Embora fossem retratados como alheios ao movimento social, a maioria deportada participava ativamente das lutas operárias.

Perfil Social de Militante Anarquista Português, expulso do Brasil em 1921. Português de Vila Beira Alta, A.V. Coutinho era casado, alfabetizado e padeiro por profissão. Membro do Conselho Geral do Trabalho, operário na Federação dos Trabalhadores, tinha 24 anos quando foi expulso, após várias detenções por sua participação no movimento grevista. (MENEZES, 1996: 111-112)

No final do século XIX, a presença anarquista no mundo do trabalho urbano brasileiro era decorrente mais da superexploração dos trabalhadores do que da presença de imigrantes estrangeiros. Este fato era evidenciado pela participação expressiva dos padeiros e operários da construção civil nesse movimento. Nesse sentido, os padeiros, que trabalhavam no período noturno sem regulamentação, bem como o desemprego e a recessão na área da construção civil, explicavam o grande número de militantes.

Segundo alguns estudos, a liderança operária atribuída aos estrangeiros causou o fortalecimento do movimento e, posteriormente, foi razão do seu declínio. Este estudo examinou a liderança do movimento sindical de 1890 a 1920, identificando 119 líderes destacados nas diretorias de sindicatos, federações e outras organizações. Nesse grupo, 24 eram italianos, 23 portugueses e 22 espanhóis. Os portugueses representavam 27% da liderança.

O mesmo estudo analisa que os conflitos étnicos prejudicavam a organização da luta operária, citando os casos da greve dos pedreiros italianos em São Paulo, em 1914, não apoiada por portugueses e espanhóis, e o caso dos chapeleiros italianos, que excluíram da organização brasileiros, portugueses e alemães por divergências étnicas. Cabe lembrar, ainda, a paralisação dos gráficos em São Paulo de 1890 e a de 1913, em virtude de conflitos étnicos internos.

A repressão ao movimento operário cresceu a partir de 1907, com a Lei Adolfo Gordo, que autorizava a expulsão de indivíduos que perturbassem a ordem pública e cometessem atos criminosos, com exceção dos que fossem casados com brasileiras ou viúvas com filhos nascidos no Brasil. Esses fatos foram minando as lideranças e as bases operárias, prejudicando sua organização.

Em 1912, as isenções foram revogadas, e em 1921 permitia-se a exclusão dos estrangeiros já deportados em seus países de origem que tivessem tentado impor qualquer seita religiosa ou política e que fossem julgados perigosos para ordem pública e para a segurança no Brasil. A lei isentava os estrangeiros com cinco ou mais anos de residência, mas os termos não eram categóricos. Sheldon Maran levantou um total de 556 deportados entre 1907 e 1921. O máximo é alcançado em 1907 depois das grandes greves de 1906. Números relativamente altos são alcançados em 1912 e 1913, sendo o primeiro desses anos de intensificação do movimento operário e, em 1919, 1920, 1921, em decorrência das greves gerais de 1918 e 1920; 181 portugueses foram deportados, 121 italianos e 103 espanhóis. Os portugueses em menor número que os italianos, tiveram maior número de deportados, apesar de serem acusados de pouco participantes por estes. Os espanhóis foram o principal alvo da perseguição governamental.(LOBO,2001: 49)

A presença significativa dos portugueses no movimento operário e as retaliações sofridas por esses imigrantes tornam evidentes sua participação nas lutas sociais em São Paulo. Quando se verifica que, entre 1890 e 1913, ocorreram quinze registros de greve entre carroceiros, estivadores, ferroviários, alfaiates e carpinteiros, categorias nas quais o contingente de portugueses era elevado, confirma-se a tese de que a participação por melhorias salariais e lutas sociais era expressiva.

No período compreendido entre 1917-1920, os sindicatos ganharam maior representatividade. A disputa entre lideranças anarquistas e comunistas contribuiu para o enfraquecimento do movimento operário. A análise do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, permite verificar que em São Paulo foi expressiva a participação dos portugueses, desde a criação de associações mutualistas e sindicais, até sua inclusão nas listas negras do patronato em função dos movimentos grevistas, fatos que mais uma vez demonstram seu papel nas lutas operárias do período.

Assim, questiona-se a leitura historiográfica que considerava pouco importante a presença portuguesa nas lutas sociais da Primeira República no Brasil. O perfil desses imigrantes fica bem claro nesses relatos, assim como toda sua trajetória até a expulsão confirma os fatos já mencionados e esquecidos nos caminhos do progresso e da modernidade. Hostilizados pelos nacionais, muitos imigrantes lusos terminaram repatriados, expulsos ou morrendo no Brasil, sem “fazer a América” e longe de alcançar o sonho de vida melhor que vieram buscar.

## IMIGRAÇÃO E GÊNERO

As rígidas leis portuguesas de emigração exigiam a emissão de passaportes e, no caso da emigração feminina, as mulheres dependiam da autorização de pais e maridos para emigrar. Acompanhando os dados estatísticos, percebe-se que a imigração feminina foi sempre bem menor que a masculina, sofrendo um rápido crescimento a partir de 1890.

Em Portugal, quando tem início a imigração para o Brasil, a situação feminina é bastante contraditória. Com a partida dos homens, que na sociedade portuguesa eram vistos como aventureiros e dominadores, caberá à mulher, que sempre viveu numa situação de subalternidade, a responsabilidade e a preservação de tudo. Portanto, ela passaria a cuidar dos filhos, da propriedade e da casa, casebres de pedra ou quintas em decadência. Estas mulheres teriam que desenvolver todo o trabalho produtivo, o sustento dos filhos e ainda defender os interesses frente aos exploradores. Essas viúvas de vivos, vivendo a desintegração geográfica das famílias, não podiam dissolver os laços conjugais, muitas vezes já desfeitos por maridos com novas famílias no Brasil, já que a legislação da época não permitia o divórcio e restringia a saída de mulheres casadas para o estrangeiro. Esse quadro era favorável a Portugal e só se manteria pela permanência dos laços conjugais e manutenção da família no país de origem, pois os fluxos financeiros e remessas enviadas pelos imigrantes eram essenciais para o equilíbrio do país.

De facto a emigração destes países, predominantemente jovem e masculina insere-se num projecto de regresso, que determina uma forte corrente de remessas de divisas. São as remessas dos emigrantes que permitem equilibrar uma balança de pagamentos de outro modo deficitária e encobrem uma subordinação externa, que contribuem assim para acentuar (...). É nesse novo contexto sócio-econômico que se insere a emigração portuguesa para o Brasil, destino preferido pela esmagadora maioria dos portugueses até muito recentemente.(PEREIRA, 1981:11-12)

No Brasil, as imigrantes perceberam que as tarefas habituais em suas pequenas comunidades deveriam mudar. Outras atividades fora do âmbito doméstico as esperavam, tais como tomar conta de bares, padarias, quitandas, pequenos negócios, aprender a lidar com empréstimos, trabalhar como operárias, lavadeiras, costureiras, bordadeiras, floristas. Dessa forma, estas imigrantes descobriram no início do século a “jornada dupla”, sendo obrigadas a misturar o público com o privado para sobreviver. Além de cuidar da casa e dos filhos, mandando-os à escola, introduzindo-os nos ofícios artesanais e educando-os, essas mulheres

teriam que reforçar o orçamento familiar produzindo quitutes, bordados e partilhando com os maridos todo o desafio de viver numa nova terra.

Embora a imigração portuguesa fosse prioritariamente individual e masculina, a imigração familiar e feminina cresce cerca de 41% em 1891-1899, e 36% em 1910-1919. As mulheres que emigraram neste período, em sua maioria, eram casadas, já que poucas partiam sós. Sobre estas se fazia alusões, ligando-as à prostituição. Na indústria têxtil, em São Paulo, os portugueses representavam 12% da mão-de-obra, que era basicamente feminina. Em outros segmentos industriais, tais como fiação, tecelagem, malharias, produção de chapéus, fósforos, chocolates e cigarros, os lusos atingiram 22% dos trabalhadores, com predomínio também feminino.

As crises econômicas, o desenvolvimento tecnológico e a política de intensificação de fluxos imigratórios faziam crescer o número de trabalhadores e geravam intensa instabilidade, conflitos entre patrões e empregados, produzindo tensões e miséria entre estes imigrantes.

Em Santos, a mão-de-obra feminina portuguesa era utilizada como catadora de café nos armazéns do porto, recebendo como pagamento uma pequena parte do café recolhido, que posteriormente era revendida no varejo. Além disso, essas trabalhadoras costuravam a sacaria utilizada para acondicionar o produto. As mulheres portuguesas, além de desempenharem os trabalhos domésticos, complementavam a renda com atividades como esta.

O trabalho de verdureira é um caso típico de complementação da renda familiar, ônus de mulher, além dos encargos domésticos, muitas vezes apareciam como ambulantes eventuais, dependiam e estavam presas às flutuações do excedente disponível, das sobras da produção para o consumo próprio. Na possibilidade de concentrar a produção e a comercialização, os lusos também dominavam o comércio nos mercados francos ou feiras livres, o que permitia obter melhores preços para suas mercadorias (MATOS,1994: 169)

No intuito de conciliar os trabalhos da casa com atividades de ganho desenvolvidas no próprio lar, labutavam como costureiras, bordadeiras, lavadeiras e doceiras. As especialidades da cozinha portuguesa, salgadas ou doces como os famosos pastéis de Santa Clara e Belém, eram vendidas pelos filhos menores nos parques e logradouros públicos, tais como teatros, igrejas, e no Jardim da Luz. Sem possuir o registro exigido pelas



autoridades, muitas vezes enfrentavam o poder público tentando comercializar leite de vacas e cabras.

As portuguesas eram as preferidas para a ocupação de cargos de empregadas domésticas, pois eram consideradas trabalhadeiras e honestas. Muitas vezes, vários membros da família trabalhavam na mesma casa em várias atividades: copeiras, cozinheiras, jardineiros, motoristas. Alguns empregadores preferiam empregadas brancas, discriminando as negras e mulatas, consideradas por preconceitos ignorantes e instáveis no trabalho. Morando com os patrões, evitavam os gastos com aluguel e alimentação, mas submetiam-se a jornadas intermináveis e ausência de privacidade. As mulheres casadas, para obterem uma sobre-renda, lavavam e engomavam roupas para fora.

Minha mãe passou a lavar roupa para ajudar meu pai que era padeiro. Naquele tempo São Paulo tinha uma friagem, uma garoa gelada. Apanhou um resfriado de tanto ir do tanque para o calor do fogão. A tosse não passava e converteu-se numa tuberculose na laringe. Assim morreu minha mãe, Tereza Domingues, com apenas 36 anos, deixando a mim e três irmãos órfãos. (Depoimento Carminda Domingues)

Em 1906, as lideranças da Associação das Costureiras de Sacos convocavam as companheiras para reivindicar a redução da carga horária daquelas que trabalhavam nas oficinas, além de aumento de preço pago pela costura e organização de um sindicato.

Na greve de 1901, na fábrica de tecidos Sant'Anna foi deflagrada tendo por causa imediata a introdução de uma nova tabela de remuneração que implicava em rebaixamento dos salários reais (...). Foram 700 trabalhadoras paradas e organizadas em piquetes o que não impediu do jornal socialista Avanti, as chamassem de débeis e indefesas. (PENA, 1981: 186)

Mesmo na imprensa operária era intenso o preconceito pelo trabalho domiciliar e suas formas de resistência. Em 1919, as costureiras de carregação finalmente criaram sua organização, a União das Costureiras de Carregação, gerando admiração em outros segmentos operários.

Nos Boletins do Departamento Estadual do Trabalho, surgiam novas denúncias acerca das péssimas condições do trabalho domiciliar. Com a eclosão de epidemias aparece uma nova preocupação do poder público: as doenças, sobretudo a tuberculose e o perigo da contaminação através deste tipo de atividade nos domicílios.

Copeira ou arrumadeira – oferece-se moça portuguesa de 17 anos para casal estrangeiro ou pequena família de tratamento. Praça da República, 13, quarto 24. Oferece-se senhora portuguesa para dama de companhia, governante ou roupeira, dando as melhores referências. Rua Santa Luzia nº 34. (Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938 p. 56-57)

Trabalhando nas mais variadas atividades (cozinheiras, ama-de-leite, copeiras, damas de companhia, lavadeiras), embora com poucos rendimentos, as imigrantes portuguesas viam nestes trabalhos a vantagem de receber casa e alimentação. As redes sociais e relações familiares empregavam os recém chegados em casas de conhecidos ou parentes.

O perfil dessas mulheres era de companheiras incansáveis, devotadas à família e sonhando com a educação e uma vida melhor para os filhos. As imigrantes portuguesas estiveram em todas estas atividades, lutando para sobreviver e vencer a precariedade no mundo do trabalho, muitas vezes resistindo e enfrentando conflitos e desafios na nova terra que abraçaram.

## **BIBLIOGRAFIA**

LOBO, Maria Eulália Lehmeyer. A Imigração Portuguesa no Brasil. São Paulo, Ed. Hucitec, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Entre o Lar e o Balcão. Anais do 2º Colóquio PPRLB-Relações Luso-Brasileiras. Deslocamentos e Permanências- Real Gabinete de Leitura, 2004.

\_\_\_\_\_. Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho. Bauru, Ed. Edusc, 2002.

MENEZES, Lená Medeiros de. Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro, Ed. Eduerj, 1996.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração. São Paulo, Ed. Expressão & Arte, 2005.

PENA, Maria Valéria Juno. Mulheres Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Miriam Halpern. A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930). Lisboa, 1981.